



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=4B1X078PLZKXkKaz10151A&chave2=Ug8cwsph_-ckGj50vU1RA
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 01912215977-MARCELO GONZAGA|77660013904-FABRICIO GONZAGA|62202286934-SIMONE CUNHA FERREIRA
90261429949-JAQUES UNBEHAUN GREUEL

LABORATÓRIO KRESS ANÁLISES CLÍNICAS LTDA.
=====

CNPJ N. 05.091.835/0001-18 - 4ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Pelo presente instrumento particular, **MARCELO GONZAGA**, brasileiro, natural de Rio do Sul - SC, solteiro, nascido em 12/07/1977, farmacêutico bioquímico inscrito no Conselho Regional de Farmácia do estado de Santa Catarina sob n. 4444, portador da carteira de identidade n. 7/R 2.910.040, expedida pela SSP-SC e do CPF n. 019.122.159-77, residente e domiciliado à Rua Jorge Lacerda, n. 50, no bairro Independência, CEP: 89172-000, no município de Pouso Redondo - SC e **FABRICIO GONZAGA**, brasileiro, natural de Rio do Sul - SC, solteiro, nascido em 16/09/1971, contador, portadora da carteira de identidade n. 2.497.928-7, expedida pela SSP-SC e do CPF n. 776.600.139-04, residente e domiciliado à Avenida Ari Verdi, n. 216, bairro Independência, CEP: 89172-000, no município de Pouso Redondo - SC, únicos sócios componentes da sociedade limitada, regida por este instrumento, em consonância com o Código Civil Brasileiro em vigor, instituído que foi pela Lei n. 10406/2002 e disposições da Lei n. 6404/76 conforme previsão insculpida no § 1º do art. 1053 do Código Civil, especialmente quanto as “avaliações (art. 8º)”, “a escrituração e demonstração contábil financeira (arts. 176 a 191)”, “fusão, cisão ou incorporação (arts. 224 e 225)”, e “as publicações (§ 5º e 6º do art. 289)”, sob a denominação social de **LABORATÓRIO KRESS ANÁLISES CLÍNICAS LTDA.**, estabelecida à Rua Nereu Ramos, n. 84, Centro, CEP: 88420-000, no município de Agrolândia - SC, com o seu contrato social devidamente arquivado na JUCESC sob n. 42203167231 em sessão de 07/06/2002, resolvem em comum acordo alterar o referido contrato social, como a seguir se contrata:

I - O sócio MARCELO GONZAGA, anteriormente qualificado, subscreve e integraliza neste ato 130.000 (cento e trinta mil) quotas, no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), sendo 102.000 (cento e duas mil) quotas, no valor de R\$ 102.000,00 (cento e dois mil reais), mediante aproveitamento de crédito existente na conta de **EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**, lançada no Passivo Circulante da sociedade e 28.000 (vinte e oito mil) quotas, no valor de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais) mediante entrega à sociedade de dinheiro, moeda corrente nacional.

II - O sócio FABRICIO GONZAGA, anteriormente qualificado, subscreve e integraliza neste ato 28.000 (vinte e oito mil) quotas, no valor de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), mediante entrega à sociedade de dinheiro, moeda corrente nacional.

III - O capital social, que é de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), a partir da presente alteração fica elevado para R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), dividido em 170.000 (cento e setenta mil) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas em dinheiro, moeda corrente nacional e ficarão distribuídas entre os sócios da forma a seguir transcrita:

N. ORDEM	SÓCIOS	QUOTAS		VALORES
1	MARCELO GONZAGA	141.880	R\$	141.880,00
2	FABRICIO GONZAGA	28.120	R\$	28.120,00
	TOTAL	170.000	R\$	170.000,00



IV - O sócio MARCELO GONZAGA, anteriormente qualificado, não desejando permanecer como sócio da sociedade, na condição de cedente, vende e transfere 141.880 (cento e quarenta e uma mil, oitocentas e oitenta) quotas de sua participação no capital social, pelo valor justo e acertado de R\$ 292.105,88 (duzentos e noventa e dois mil, cento e cinco reais e oitenta e oito centavos), sendo 70.940 (setenta mil, novecentas e quarenta) quotas, pelo valor de R\$ 146.052,94 (cento e quarenta e seis mil, cinquenta e dois reais e noventa e quatro centavos) para o novo sócio **JAQUES UNBEHAUN GREUEL**, brasileiro, natural de Rio do Sul - SC, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, nascido em 16/08/1975, farmacêutico bioquímico inscrito no Conselho Regional de Farmácia do estado de Santa Catarina sob n. 3385, portador da carteira de identidade n. 2.623.221, expedida pela SESPDC-SC em 01/09/2008 e do CPF n. 902.614.299-49, residente e domiciliado à Rua Euclides da Cunha, n. 115, apto. 508, no bairro Eugênio Schneider, CEP: 89167-002, no município de Rio do Sul - SC e 70.940 (setenta mil, novecentas e quarenta) quotas, pelo valor de R\$ 146.052,94 (cento e quarenta e seis mil, cinquenta e dois reais e noventa e quatro centavos) para a nova sócia **SIMONE CUNHA FERREIRA**, brasileira, natural de Rio do Sul - SC, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, nascida em 12/05/1968, farmacêutica bioquímica inscrita no Conselho Regional de Farmácia do estado de Santa Catarina sob n. 2159, portadora da carteira de identidade n. 2.121.608, expedida pela SESPDC-SC em 08/08/2008 e do CPF n. 622.022.869-34, residente e domiciliada à Rua Olinda, n. 46, Centro, CEP: 89160-071, no município de Rio do Sul - SC; na condição de cessionários.

V - O sócio FABRICIO GONZAGA, anteriormente qualificado, não desejando permanecer como sócio da sociedade, na condição de cedente, vende e transfere 28.120 (vinte e oito mil, cento e vinte) quotas de sua participação no capital social, pelo valor justo e acertado de R\$ 57.894,12 (cinquenta e sete mil, oitocentos e noventa e quatro reais e doze centavos), sendo 14.060 (quatorze mil e sessenta) quotas, pelo valor de R\$ 28.947,06 (vinte e oito mil, novecentos e quarenta e sete reais e seis centavos) para o sócio **JAQUES UNBEHAUN GREUEL**, anteriormente qualificado e 14.060 (quatorze mil e sessenta) quotas, pelo valor de R\$ 28.947,06 (vinte e oito mil, novecentos e quarenta e sete reais e seis centavos) para a sócia **SIMONE CUNHA FERREIRA**, anteriormente qualificada; na condição de cessionários.

VI - O capital social, que é de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), dividido em 170.000 (cento e setenta mil) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas em dinheiro, moeda corrente nacional, mediante a cessão por venda e transferência de quotas, ficará distribuído entre os sócios da seguinte forma:

N. ORDEM	SÓCIOS	QUOTAS	%		VALORES
1	JAQUES UNBEHAUN GREUEL	85.000	50,00	R\$	85.000,00
2	SIMONE CUNHA FERREIRA	85.000	50,00	R\$	85.000,00
	TOTAL	170.000	100,00	R\$	170.000,00

VII - Os cedentes declaram ter transferido todos os seus direitos e haveres, perante a sociedade, das quotas transferidas, nada mais tendo sobre elas a reclamar, seja a que título for, nem dos cessionários e nem da sociedade, dando-lhes plena, geral, rasa e irrevogável quitação.

VIII - Os sócios subscritores das quotas do capital social declaram, para todos os efeitos legais, que não estão impedidos, nos termos da lei, de exercer os atos empresariais, em virtude de condenação criminal ou qualquer tipo de impedimento legal inclusive incapacidade



superveniente, encontrando-se em pleno exercício de seus direitos civis, inclusive de personalidade.

IX - A administração da sociedade caberá aos sócios quotistas **JAQUES UNBEHAUN GREUEL** e **SIMONE CUNHA FERREIRA**, os quais terão poderes para representar a sociedade ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente junto as repartições públicas, entidades autárquicas e paraestatais, nomear advogados, procuradores, assinar correspondências, emitir e sacar cheques, duplicatas, letras de câmbio e notas promissórias, admitir e demitir empregados, assinar recibos, pedidos, despachos, todos os documentos relacionados com as leis federais, estaduais, municipais e previdenciárias, atos de receber e dar quitação, movimentar contas bancárias, endossos de duplicatas, notas promissórias e letras de câmbio, propostas de descontos, junto a estabelecimentos de crédito, atos de compra e todos os demais atos que representam direitos e obrigações, a prática de efetuar financiamentos em estabelecimentos de crédito e bancários, da venda, compra, de hipotecar, gravar e alienar, dar em garantias, bens imóveis e móveis, praticando todos os atos necessários ao bom funcionamento da sociedade, assinando tudo em **CONJUNTO**.

Parágrafo Primeiro - Fica expressamente vedado o uso da firma, sob qualquer pretexto ou modalidade, em operações ou negócios estranhos ao objeto social.

Parágrafo Segundo - A título de **PRÓ-LABORE** os sócios administradores poderão retirar mensalmente uma quantia, cujo valor será fixado de comum acordo entre os sócios.

Parágrafo Terceiro - A sociedade, quando houver exigência legal, manterá responsável técnico que responderá perante o órgão competente por todas as infrações ou desrespeito a ética profissional da mesma ou de seus membros.

X - Os sócios administradores declaram, sob as penas da lei, que não existem impedimentos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

XI - A sociedade poderá abrir filiais e escritórios em qualquer parte do território nacional ou exterior, ou participar de outras sociedades afins ou não.

XII - As quotas do capital são indivisíveis em relação à sociedade e não poderão ser transferidas, alienadas, caucionadas, empenhadas, oneradas ou gravadas, total ou parcialmente, a qualquer título, a terceiros, sem o consentimento expresso dos sócios que representam a maioria absoluta do capital social, assegurando o direito de preferência aos demais sócios, em igualdade de condições.

Parágrafo Único - O sócio que desejar transferir suas quotas deverá notificar por escrito aos demais sócios, discriminando o preço, forma e prazo de pagamento, para que estes exerçam ou renunciem ao direito de preferência, o que deverá fazer dentro de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da notificação, ou em maior prazo, a critério do alienante. Após o prazo de 30 (trinta) dias e em igualdade de condições, podem ser ofertadas a terceiros, estranhos à



sociedade. A notificação conterá a quantidade de quotas e/ou o direito de subscrição e o preço por elas proposto. Se todos os sócios manifestarem seu direito de preferência, a cessão das quotas e/ou direitos de subscrição se fará na proporção das quotas que então possuírem. Se nem todos exercerem o direito de preferência, os demais sócios poderão, no prazo adicional de 10 (dez) dias, adquirir, pró-rata, as quotas e/ou direitos que sobejarem. Não exercido o direito de preferência pelos sócios, o cedente está automaticamente autorizado a efetivar a cessão a terceiro, pelo preço mínimo indicado anteriormente. Se não efetivada a cessão nesse preço ofertado e persistir o sócio na intenção de alienar suas quotas sociais, todo o procedimento, referente ao exercício do direito de preferência, terá que ser renovado e repetido, tendo em vista a nova oferta de preço mínimo. As vendas feitas com violação dos termos desse artigo serão consideradas nulas e a empresa não será obrigada a registrar a transferência das quotas correspondentes em alteração contratual.

XIII - O exercício social coincidirá com o ano civil, terá início em 1º de janeiro e se encerrará em 31 de dezembro ao término do qual será apurado o inventário físico e monetário dos bens, direitos e obrigações e as respectivas demonstrações contábeis previstas no art. 176, da Lei n. 6404/76 em consonância com as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, dispensando-se, todavia, sua publicação.

Parágrafo Primeiro - Em reunião anual de sócios, quando não dispensada pela legislação vigente, será decidido o destino dos resultados do exercício, a participação nos lucros, bem como a constituição de reservas de lucros e a sua reversão.

Parágrafo Segundo - O lucro líquido, apurado em balanço anual ou mensal, poderá ser distribuído ou não, a critério dos sócios e da situação financeira e patrimonial da sociedade. Em havendo a distribuição, os lucros disponíveis, após a constituição de reservas e participações, serão partilhados entre os sócios na proporção de sua participação no capital social.

Parágrafo Terceiro - Se o resultado do exercício apresentar prejuízo, este será compensado com lucros acumulados de exercícios anteriores, com reserva de lucros, e nesta ordem. O saldo de prejuízo que porventura remanescer será mantido em conta de prejuízos acumulados para compensação com lucros de exercícios seguintes.

Parágrafo Quarto - A administração, a requerimento de quaisquer sócios que detenham mais de 5% (cinco por cento) das quotas do capital social, poderá determinar a elaboração de balanços intermediários, sobre os quais a reunião deliberará quanto à destinação dos eventuais lucros acumulados, respeitando-se o disposto no § 2º supra.

XIV - A reunião da sociedade poderá ser convocada por qualquer dos sócios, conforme as normas estabelecidas na legislação pertinente, mediante a expedição de carta convocatória, com local, data, hora e a ordem do dia da reunião, para o endereço dos sócios, para esse fim.

Parágrafo Primeiro - Ficam dispensadas as formalidades de convocação para reunião previstas no § 3º do art. 1.152 do Código Civil, quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia.

Parágrafo Segundo - Torna-se dispensável a reunião por determinação legal ou quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto de deliberação.



Parágrafo Terceiro - Porém, em sendo necessária a realização de reunião, as deliberações sociais, nas quais cada quota do capital social corresponderá a um voto, serão tomadas mediante quórum de instalação que será a maioria absoluta do capital social, quórum este que também se aplica a nomeação do sócio administrador, porém, para a alienação do estabelecimento comercial, cisão, fusão, transformação, liquidação ou dissolução o quórum deliberativo será, então, de três quartos dos votos dos quotistas. Para designação de administrador não sócio a deliberação dependerá de aprovação da totalidade dos sócios enquanto o capital social não estiver integralizado e de 2/3 (dois terços), no mínimo, após a sua integralização.

XV - O falecimento, retirada, interdição ou inabilitação de um dos sócios não acarretará a dissolução da sociedade, que continuará com o sócio remanescente ou herdeiros do sócio falecido. Caso o(s) herdeiro(s) do sócio falecido não pretenda(m) integrar-se à Sociedade, então, caberá ao(s) sócio(s) remanescente(s) providenciar(em) a produção de balanço especial e apuração do patrimônio líquido para pagamento dos haveres do sócio falecido, conforme o disposto no inciso XVII.

XVI - Os sócios poderão retirar-se da sociedade, pela vontade unilateral, a qualquer tempo, por dissidência em relação à alteração contratual deliberada pela maioria, ou outros fatores estranhos à alteração contratual.

Parágrafo Único - O sócio dissidente de qualquer decisão majoritária, poderá exercer o direito de retirar-se da sociedade, manifestando a sua intenção à sociedade e aos outros sócios, por escrito mediante protocolo, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da deliberação que discordou, sendo os seus haveres apurados e pagos na forma do inciso XVII.

XVII - Os haveres dos sócios retirantes serão pagos mediante a elaboração de balanço especialmente levantado onde o valor da sua quota será considerado pelo montante efetivamente realizado, liquidando-a com base na situação patrimonial da sociedade à data da resolução.

Parágrafo Primeiro - A quota liquidada será paga em dinheiro, no prazo 60 (sessenta) meses, em prestações semestrais iguais e sucessivas, atualizadas por índice de correção monetária nacional, acrescida de juros remuneratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês calculados de forma simples, procedendo-se a diminuição do capital social e as respectivas reservas liquidadas.

Parágrafo segundo - No prazo de 30 (trinta) dias, será levantado o balanço especial da sociedade previsto no “caput” desta cláusula, cuja data-base é a da ocorrência do referido evento. Considera-se como data do evento: a) a data da notificação feita por sócio dissidente de alteração contratual; b) a data de requerimento do sócio retirante voluntário pelo fim da afeição societária.

Parágrafo Terceiro - O Balanço especial de que trata esta cláusula será elaborado por profissional devidamente habilitado.

XVIII - Dependem de deliberação e concordância dos sócios: a) A aprovação das contas da administração; b) a exclusão ou retirada de um dos sócios por pedido do sócio; c) a designação dos administradores em ato separado, não sócio ou administrador sócio; d) a destituição dos administradores; e) o modo e o valor da remuneração dos administradores; f) a participação dos administradores e dos empregados nos lucros; g) a modificação do contrato social; h) a transformação da sociedade, ou a fusão, cisão ou incorporação, resolução, dissolução e



liquidação da sociedade empresarial; i) a nomeação ou destituição de liquidantes e o julgamento de suas contas; j) recuperação judicial; k) investimento em outras empresas, coligadas ou controladas; l) aumento de capital com bens ou moeda corrente; m) aprovação de laudo de reavaliação a valor venal de bens ou direitos do ativo permanente.

XIX - A sociedade por deliberação da reunião dos sócios poderá: a) transformar-se em outro tipo social; b) incorporar outra sociedade ou ser incorporada; c) fundir-se com outra sociedade; d) cindir-se total ou parcialmente, vertendo seu patrimônio em outras sociedades, extinguindo-se caso a versão for total ou absorver patrimônio de sociedade cindida.

Parágrafo Único - Para tanto é necessário à aprovação de três quartos dos quotistas presentes na reunião, instalada nos moldes do art. 1074 e seguintes do Código Civil, bem como a elaboração de laudo de avaliação por perito contador, que será nomeado na reunião, e que deverá observar os critérios do balanço de determinação, constantes no inciso XVII, protocolo e justificativas elaboradas aos moldes da Lei.

XX - A sociedade entrará em dissolução, seguida de liquidação e partilha, nas hipóteses previstas no Art. 1.033 CC.

Parágrafo Único - Em todas as hipóteses de dissolução, a reunião, por maioria societária, deverá eleger o liquidante, observados os termos do art. 1102 e seguintes do Código Civil Brasileiro, arbitrando os seus honorários e fixando data de encerramento do processo liquidatário.

XXI - A sociedade possui uma filial localizada na **Avenida Ari Verdi, n. 218, bairro Independência, CEP: 89172-000, no município de Pouso Redondo - SC**, com início das atividades em **06 de dezembro de 2011**, devidamente registrada na JUCESC sob NIRE 42900955648 em sessão de 06/12/2011, inscrita no CNPJ sob n. 05.091.835/0002-07.

XXII - O capital social que é de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), totalmente integralizado, para fins fiscais corresponderá à R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para a matriz e R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para a filial.

XXIII - A sociedade através do presente instrumento, consolida o Contrato Social, ficando a redação atualizada conforme segue:

CLÁUSULA 1ª - A sociedade usa o nome empresarial **LABORATÓRIO KRESS ANÁLISES CLÍNICAS LTDA.**

CLÁUSULA 2ª - A sociedade tem sua sede social na **Rua Nereu Ramos, n. 84, Centro, CEP: 88420-000, no município de Agrolândia - SC.**

CLÁUSULA 3ª - A sociedade poderá abrir filiais e escritórios em qualquer parte do território nacional ou exterior, ou participar de outras sociedades afins ou não.

CLÁUSULA 4ª - A sociedade tem como objeto social a exploração do ramo de **laboratório de análises clínicas.**



CLÁUSULA 5ª - A sociedade iniciou suas atividades em **01 de junho de 2002** e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA 6ª - O capital social atual é de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), totalmente integralizado, dividido em 170.000 (cento e setenta mil) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, que ficam distribuídas entre os sócios da seguinte forma:

N. ORDEM	SÓCIOS	QUOTAS	%		VALORES
1	JAQUES UNBEHAUN GREUEL	85.000	50,00	R\$	85.000,00
2	SIMONE CUNHA FERREIRA	85.000	50,00	R\$	85.000,00
	TOTAL	170.000	100,00	R\$	170.000,00

CLÁUSULA 7ª - As quotas do capital são indivisíveis em relação à sociedade e não poderão ser transferidas, alienadas, caucionadas, empenhadas, oneradas ou gravadas, total ou parcialmente, a qualquer título, a terceiros, sem o consentimento expresso dos sócios que representam a maioria absoluta do capital social, assegurando o direito de preferência aos demais sócios, em igualdade de condições.

Parágrafo Único - O sócio que desejar transferir suas quotas deverá notificar por escrito aos demais sócios, discriminando o preço, forma e prazo de pagamento, para que estes exerçam ou renunciem ao direito de preferência, o que deverá fazer dentro de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da notificação, ou em maior prazo, a critério do alienante. Após o prazo de 30 (trinta) dias e em igualdade de condições, podem ser ofertadas a terceiros, estranhos à sociedade. A notificação conterà a quantidade de quotas e/ou o direito de subscrição e o preço por elas proposto. Se todos os sócios manifestarem seu direito de preferência, a cessão das quotas e/ou direitos de subscrição se fará na proporção das quotas que então possuírem. Se nem todos exercerem o direito de preferência, os demais sócios poderão, no prazo adicional de 10 (dez) dias, adquirir, pró-rata, as quotas e/ou direitos que sobejarem. Não exercido o direito de preferência pelos sócios, o cedente está automaticamente autorizado a efetivar a cessão a terceiro, pelo preço mínimo indicado anteriormente. Se não efetivada a cessão nesse preço ofertado e persistir o sócio na intenção de alienar suas quotas sociais, todo o procedimento, referente ao exercício do direito de preferência, terá que ser renovado e repetido, tendo em vista a nova oferta de preço mínimo. As vendas feitas com violação dos termos desse artigo serão consideradas nulas e a empresa não será obrigada a registrar a transferência das quotas correspondentes em alteração contratual.

CLÁUSULA 8ª - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas respectivas quotas, apenas respondendo solidariamente pela integralização do capital.

CLÁUSULA 9ª - A administração da sociedade cabe aos sócios quotistas **JAQUES UNBEHAUN GREUEL** e **SIMONE CUNHA FERREIRA**, os quais têm poderes para representar a sociedade ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente junto as repartições públicas, entidades autárquicas e paraestatais, nomear advogados, procuradores, assinar correspondências, emitir e sacar cheques, duplicatas, letras de câmbio e notas promissórias, admitir e demitir empregados, assinar recibos, pedidos, despachos, todos os documentos relacionados com as leis federais, estaduais, municipais e previdenciárias, atos de receber e dar quitação, movimentar contas bancárias, endossos de duplicatas, notas promissórias e letras de câmbio, propostas de descontos, junto a estabelecimentos de crédito, atos de compra e todos os



demais atos que representam direitos e obrigações, a prática de efetuar financiamentos em estabelecimentos de crédito e bancários, da venda, compra, de hipotecar, gravar e alienar, dar em garantias, bens imóveis e móveis, praticando todos os atos necessários ao bom funcionamento da sociedade, assinando tudo em **CONJUNTO**.

Parágrafo Primeiro - Fica expressamente vedado o uso da firma, sob qualquer pretexto ou modalidade, em operações ou negócios estranhos ao objeto social.

Parágrafo Segundo - A título de **PRÓ-LABORE** os sócios administradores poderão retirar mensalmente uma quantia, cujo valor será fixado de comum acordo entre os sócios.

Parágrafo Terceiro - A sociedade, quando houver exigência legal, manterá responsável técnico que responderá perante o órgão competente por todas as infrações ou desrespeito a ética profissional da mesma ou de seus membros.

CLÁUSULA 10ª - O exercício social coincidirá com o ano civil, terá início em 1º de janeiro e se encerrará em 31 de dezembro ao término do qual será apurado o inventário físico e monetário dos bens, direitos e obrigações e as respectivas demonstrações contábeis previstas no art. 176, da Lei n. 6404/76 em consonância com as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, dispensando-se, todavia, sua publicação.

Parágrafo Primeiro - Em reunião anual de sócios, quando não dispensada pela legislação vigente, será decidido o destino dos resultados do exercício, a participação nos lucros, bem como a constituição de reservas de lucros e a sua reversão.

Parágrafo Segundo - O lucro líquido, apurado em balanço anual ou mensal, poderá ser distribuído ou não, a critério dos sócios e da situação financeira e patrimonial da sociedade. Em havendo a distribuição, os lucros disponíveis, após a constituição de reservas e participações, serão partilhados entre os sócios na proporção de sua participação no capital social.

Parágrafo Terceiro - Se o resultado do exercício apresentar prejuízo, este será compensado com lucros acumulados de exercícios anteriores, com reserva de lucros, e nesta ordem. O saldo de prejuízo que porventura remanescer será mantido em conta de prejuízos acumulados para compensação com lucros de exercícios seguintes.

Parágrafo Quarto - A administração, a requerimento de quaisquer sócios que detenham mais de 5% (cinco por cento) das quotas do capital social, poderá determinar a elaboração de balanços intermediários, sobre os quais a reunião deliberará quanto à destinação dos eventuais lucros acumulados, respeitando-se o disposto no § 2º supra.

CLÁUSULA 11ª - A reunião da sociedade poderá ser convocada por qualquer dos sócios, conforme as normas estabelecidas na legislação pertinente, mediante a expedição de carta convocatória, com local, data, hora e a ordem do dia da reunião, para o endereço dos sócios, para esse fim.

Parágrafo Primeiro - Ficam dispensadas as formalidades de convocação para reunião previstas no § 3º do art. 1.152 do Código Civil, quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia.



Parágrafo Segundo - Torna-se dispensável a reunião por determinação legal ou quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto de deliberação.

Parágrafo Terceiro - Porém, em sendo necessária a realização de reunião, as deliberações sociais, nas quais cada quota do capital social corresponderá a um voto, serão tomadas mediante quórum de instalação que será a maioria absoluta do capital social, quórum este que também se aplica a nomeação do sócio administrador, porém, para a alienação do estabelecimento comercial, cisão, fusão, transformação, liquidação ou dissolução o quórum deliberativo será, então, de três quartos dos votos dos quotistas. Para designação de administrador não sócio a deliberação dependerá de aprovação da totalidade dos sócios enquanto o capital social não estiver integralizado e de 2/3 (dois terços), no mínimo, após a sua integralização.

CLÁUSULA 12ª - O falecimento, retirada, interdição ou inabilitação de um dos sócios não acarretará a dissolução da sociedade, que continuará com o sócio remanescente ou herdeiros do sócio falecido. Caso o(s) herdeiro(s) do sócio falecido não pretenda(m) integrar-se à Sociedade, então, caberá ao(s) sócio(s) remanescente(s) providenciar(em) a produção de balanço especial e apuração do patrimônio líquido para pagamento dos haveres do sócio falecido, conforme o disposto na Cláusula Décima Quinta.

CLÁUSULA 13ª - Os sócios administradores declaram, sob as penas da lei, que não existem impedimentos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA 14ª - Os sócios poderão retirar-se da sociedade, pela vontade unilateral, a qualquer tempo, por dissidência em relação à alteração contratual deliberada pela maioria, ou outros fatores estranhos à alteração contratual.

Parágrafo Único - O sócio dissidente de qualquer decisão majoritária, poderá exercer o direito de retirar-se da sociedade, manifestando a sua intenção à sociedade e aos outros sócios, por escrito mediante protocolo, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da deliberação que discordou, sendo os seus haveres apurados e pagos na forma da Cláusula Décima Quinta.

CLÁUSULA 15ª - Os haveres dos sócios retirantes serão pagos mediante a elaboração de balanço especialmente levantado onde o valor da sua quota será considerado pelo montante efetivamente realizado, liquidando-a com base na situação patrimonial da sociedade à data da resolução.

Parágrafo Primeiro - A quota liquidada será paga em dinheiro, no prazo 60 (sessenta) meses, em prestações semestrais iguais e sucessivas, atualizadas por índice de correção monetária nacional, acrescida de juros remuneratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês calculados de forma simples, procedendo-se a diminuição do capital social e as respectivas reservas liquidadas.

Parágrafo segundo - No prazo de 30 (trinta) dias, será levantado o balanço especial da sociedade previsto no “caput” desta cláusula, cuja data-base é a da ocorrência do referido evento.



Considera-se como data do evento: a) a data da notificação feita por sócio dissidente de alteração contratual; b) a data de requerimento do sócio retirante voluntário pelo fim da afeição societária.

Parágrafo Terceiro - O Balanço especial de que trata esta cláusula será elaborado por profissional devidamente habilitado.

CLÁUSULA 16ª - Dependem de deliberação e concordância dos sócios: a) A aprovação das contas da administração; b) a exclusão ou retirada de um dos sócios por pedido do sócio; c) a designação dos administradores em ato separado, não sócio ou administrador sócio; d) a destituição dos administradores; e) o modo e o valor da remuneração dos administradores; f) a participação dos administradores e dos empregados nos lucros; g) a modificação do contrato social; h) a transformação da sociedade, ou a fusão, cisão ou incorporação, resolução, dissolução e liquidação da sociedade empresarial; i) a nomeação ou destituição de liquidantes e o julgamento de suas contas; j) recuperação judicial; k) investimento em outras empresas, coligadas ou controladas; l) aumento de capital com bens ou moeda corrente; m) aprovação de laudo de reavaliação a valor venal de bens ou direitos do ativo permanente.

CLÁUSULA 17ª - A sociedade por deliberação da reunião dos sócios poderá: a) transformar-se em outro tipo social; b) incorporar outra sociedade ou ser incorporada; c) fundir-se com outra sociedade; d) cindir-se total ou parcialmente, vertendo seu patrimônio em outras sociedades, extinguindo-se caso a versão for total ou absorver patrimônio de sociedade cindida.

Parágrafo Único - Para tanto é necessário à aprovação de três quartos dos quotistas presentes na reunião, instalada nos moldes do art. 1074 e seguintes do Código Civil, bem como a elaboração de laudo de avaliação por perito contador, que será nomeado na reunião, e que deverá observar os critérios do balanço de determinação, constantes da Cláusula Décima Quinta, protocolo e justificativas elaboradas aos moldes da Lei.

CLÁUSULA 18ª - A sociedade entrará em dissolução, seguida de liquidação e partilha, nas hipóteses previstas no Art. 1.033 CC.

Parágrafo Único - Em todas as hipóteses de dissolução, a reunião, por maioria societária, deverá eleger o liquidante, observados os termos do art. 1102 e seguintes do Código Civil Brasileiro, arbitrando os seus honorários e fixando data de encerramento do processo liquidatário.

CLÁUSULA 19ª - Os sócios subscritores das quotas do capital social declaram, para todos os efeitos legais, que não estão impedidos, nos termos da lei, de exercer os atos empresariais, em virtude de condenação criminal ou qualquer tipo de impedimento legal inclusive incapacidade superveniente, encontrando-se em pleno exercício de seus direitos civis, inclusive de personalidade.

CLÁUSULA 20ª - A sociedade possui uma filial localizada na **Avenida Ari Verdi, n. 218, bairro Independência, CEP: 89172-000, no município de Pouso Redondo - SC**, com início das atividades em **06 de dezembro de 2011**, devidamente registrada na JUCESC sob NIRE 42900955648 em sessão de 06/12/2011, inscrita no CNPJ sob n. 05.091.835/0002-07.



CLÁUSULA 21ª - O capital social que é de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), totalmente integralizado, para fins fiscais corresponderá à R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para a matriz e R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para a filial.

CLÁUSULA 22ª - Os endereços dos sócios, constantes nesta alteração contratual, serão válidos para o encaminhamento de convocações, cartas, avisos e etc., relativos a atos societários de seu interesse.

Parágrafo Único - A responsabilidade quanto à informação oportuna de alterações destes endereços é exclusiva dos sócios, que deverão fazê-la por escrito.

CLÁUSULA 23ª - Fica eleito o foro da comarca de Trombudo Central, estado de Santa Catarina, para dirimir todas as questões oriundas do presente contrato.

CLÁUSULA 24ª - As omissões ou dúvidas que possam ser suscitadas e não reguladas pelo presente contrato serão supridas ou resolvidas com base nas disposições do Código Civil Brasileiro, Lei n. 10.406 de 10 de janeiro de 2002, supletivamente pela lei das sociedades anônimas e pela legislação pertinente em vigor.

CLÁUSULA 25ª - Revogam-se todas as disposições contidas no contrato social primitivo e posteriores alterações, valendo para a sociedade e para terceiros, o que neste instrumento ficou deliberado por todos os sócios, que, através de suas assinaturas, ratificam e dão como consolidadas suas cláusulas.

E por assim estarem justos e contratados os sócios lavram, datam e assinam eletronicamente a presente alteração, em única via, e se obrigam fielmente por si e seus herdeiros a cumpri-la em todos os seus termos.

Agrolândia (SC), 25 de outubro de 2019.

Assinam eletronicamente a presente alteração contratual os sócios:

Nome completo:	CPF:	Situação:
Fabricio Gonzaga	776.600.139-04	Cedente
Jaques Unbehaun Greuel	902.614.299-49	Cessionário
Marcelo Gonzaga	019.122.159-77	Cedente
Simone Cunha Ferreira	622.022.869-34	Cessionária





195395913

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	LABORATORIO KRESS ANALISES CLINICAS LTDA
PROTOCOLO	195395913 - 25/10/2019
ATO	002 - ALTERACAO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 42203167231
CNPJ 05.091.835/0001-18
CERTIFICO O REGISTRO EM 27/10/2019
SOB N: 20195395913

EVENTOS

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 20195395913

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 01912215977 - MARCELO GONZAGA

Cpf: 77660013904 - FABRICIO GONZAGA

Cpf: 62202286934 - SIMONE CUNHA FERREIRA

Cpf: 90261429949 - JAQUES UNBEHAUN GREUEL